

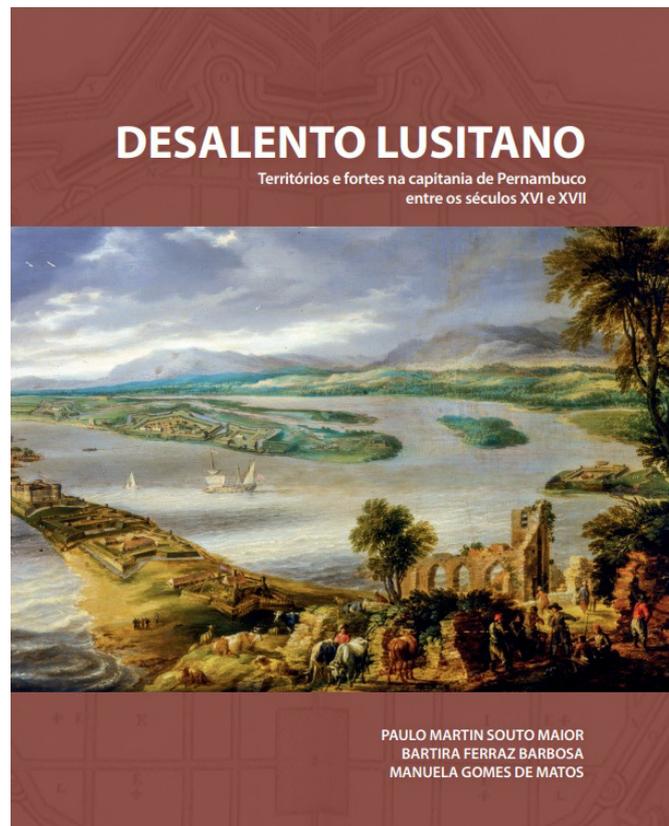
Recebido em 12/12/2023 e aprovado em 22/01/2024

DESALENTO LUSITANO Territórios e Fortes na Capitania de Pernambuco Entre os Séculos XVI e XVII

Paulo Martin Souto Maior; Bartira Ferraz Barbosa; Manuela Gomes de Matos
Companhia editora de Pernambuco, CEPE, Coleção Livros Fumdam, 2023, Recife, PE

Arnaldo Manoel Pereira Carneiro¹

<https://orcid.org/0000-0002-4279-7156X> / arnaldo.carneiro@ufpe.br



262

¹ Docente, Departamento de Engenharia Civil, UFPE.



Recém lançado pela Companhia Editora de Pernambuco, CEPE, o livro *Desalento Lusitano, Territórios e fortes na capitania de Pernambuco entre os séculos XVI e XVII*, apresenta um exaustivo levantamento geométrico das fortificações e sua comparação com os tratados vigentes na época em que foram construídos.

O intrigante da pesquisa é que embora o tipo de planta de fortificação abaluartada só tenha sido empregado em Pernambuco a partir da segunda metade do século XVII, ou seja, após a expulsão dos holandeses, os portugueses já haviam construído fortes desse modelo em outras colônias desde o século XVI. Assim, essas primeiras fortificações construídas em Pernambuco seriam ineficazes, pois não seguiam as diretrizes dos tratados conhecidos pelos portugueses. Entretanto, os autores expõem um contraponto à visão estritamente da análise material.

263

Através da análise da iconografia dos séculos XVI e XVII demonstra-se em *Desalento Lusitano* o contraste entre as posturas portuguesa, de omissão quanto à presença dos indígenas, e a holandesa, de intensas alianças e registro das culturas locais. O objetivo inicial era dominar aquelas terras “sem ninguém”, entenda-se, aqui, sem indígenas como bem registra-se no livro, pois boa parte dos mapas e das cartas náuticas portuguesa seiscentista não se referem a presença de dos grupos indígenas que ocupavam as áreas do litoral. Os autores se detiveram também nas narrativas de Gandavo e de Bartolomé de las Casas para registrar a presença e, acima de tudo, o massacre dos indígenas e ocupação de suas terras. Foram essas fontes que utilizaram para justificar que fortes com baluartes não eram necessários, pois o objetivo era o domínio do território, muito mais que proteger o litoral de um ataque por mar. E para isso afirmam que *contra os indígenas que povoavam aquelas terras eram mais eficazes tiros de mosquetes do que de canhões, muito mais*



*trabalhosos e lentos de operar. Para Portugal, não parecia uma prioridade investir na efetiva proteção do litoral de Pernambuco. Os holandeses trataram de demonstrar o contrário.*²

Afirmam os autores que as fortificações construídas em Pernambuco anteriores a 1654, ou seja, antes dos holandeses, tinham objetivos distintos, por exemplo, aos da Fortaleza de Mazagão, no litoral norte da África, construída em 1514, ou aos da Fortaleza de São Sebastião, na Ilha de Moçambique, construída a partir de 1554. Diferentemente, as que se construíram inicialmente em Pernambuco não eram fortalezas voltadas para proteção de ataques por mar. Eram para conquistar os territórios indígenas.

No livro identifica-se que as transformações tecnológicas entre os séculos XVI e XVII, como as melhorias nas plantas, nas alturas e nas inclinações das cortinas, melhoraram a eficácia bélica das fortificações do tipo de transição. Em seguida, troca-se do tipo de transição pelo tipo moderna, que, de fato, corresponde a uma melhoria da eficácia bélica através da adoção de baluartes.

Especificamente no período entre 1630 e 1654 (ocupação holandesa), as transformações tecnológicas nos tipos de fortificação utilizados na capitania de Pernambuco, como a utilização de configurações geométricas ampliando as linhas flancantes, representaram um aumento da eficácia bélica. Entretanto, essas fortificações obsoletas (fortificações de transição) foram melhoradas para outro modelo também obsoleto (fortificação de transição e moderna simplificada, sem baluartes). Era um avanço, mas tênue, que, do ponto de vista tecnológico, tinha baixa eficácia bélica. Apenas após a expulsão holandesa

² Página 254.



é que foram construídas fortificações conforme as diretrizes dos tratados, capazes de se defender contra ataques de canhões utilizados conforme a pirobalística de linhas flancantes

Isso denota um dos aspectos cruéis da colonização omitido nas cartas náuticas e nos levantamentos geográficos do litoral de Pernambuco: a conquista dos territórios indígenas. Para os portugueses, o maior perigo estava em terra, não no mar. O objetivo principal era o domínio dos territórios indígenas, mais que se proteger de ataques marítimos. Nesse contexto, os fortes abaluartados não eram uma prioridade. Essa simbiose de enfoques, um tecnológico (levantamento minucioso dos fortes e de seus materiais) e outro histórico social, permitiu fundamentar e explicar as constatações do estudo da cultura material (dos fortes) através da análise da iconografia portuguesa, ao registrar a omissão intencional da presença indígena, e holandesa, com postura oposta. Isso foi possível pois se juntaram um arquiteto, uma arqueóloga e uma historiadora. Esse é o maior mérito do trabalho e que permitiu apresentar dados concretos e precisos (típicos de análises de materiais) e interpretados em um contexto histórico amplo.

265

Por último cabe citar um trecho das conclusões que sintetizam a ideia centra do trabalho:

(...) as edificações com baluartes não eram neces sárias. Contra os indígenas que povoavam aquelas terras eram mais eficazes tiros de mosquetes do que de canhões, muito mais trabalhosos e lentos de operar. Para Portugal, não parecia uma prioridade investir na efetiva proteção do litoral de Pernambuco. Os holandeses trataram de demonstrar o contrário. O fato é que, só após a capitulação holandesa, Portugal passou a ter uma preocupação proporcional à exigida pela sua maior colônia e a investir mais



tecnologicamente no seu sistema defensivo. Pernambuco passou a contar com onze fortificações, das quais sete eram pequenas e frágeis e quatro mais robustas, pois foram construídas abaluartadas, como recomendavam os tratados. Essas quatro apresentavam o traço holandês, revestimento à italiana e inclinação do talude típico do século XVI.³

³ Página 254.

